

NOVEMBRO 2020

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online
Federação Nacional
da Educação



Ausência de orientações apropriadas no contexto da pandemia

GOVERNO FALHA NAS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA A EDUCAÇÃO

GOVERNO CONTINUA A FALHAR NAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

Quase no final do primeiro período deste ano letivo tão difícil e exigente, só se pode lamentar que o Governo não tenha sido capaz de determinar as orientações que servissem a exceção das circunstâncias que estamos a viver.

Todos lembramos que há oito meses atrás, e depois de ter sido apanhado desprevenido, o Governo só teve na altura como solução o confinamento que determinou, incluindo o encerramento das escolas.

Oito meses depois, o que se verifica é que o Governo não foi capaz de entretanto se preparar para o segundo surto da pandemia que se instalou em pleno sobre o início do ano letivo, o que aliás era completamente previsível, e esconde a ausência das medidas adequadas para impedir a propagação do vírus com a imposição de restrições que se abatem descoordenadamente e desordenadamente sobre as pessoas.

O Governo nem pode invocar que não foi ajudado, apesar de na prática, não ter cumprido a sua obrigação de abrir os espaços de diálogo e de concertação que permitissem que as soluções que eram necessárias tivessem sido adotadas com o envolvimento e a mobilização dos parceiros educativos, nomeadamente a FNE. A verdade é que em múltiplas oportunidades a FNE fez chegar ao gabinete do Ministro da Educação propostas de solução, as quais poderiam ao menos ter recebido a resposta circunstancial de receção dos documentos. Nem disso o Ministério da Educação foi capaz. Isolou-se na sua vontade e fez de conta que não era preciso mudar nada em relação aos anos anteriores.

Deste modo, o número de alunos sem aulas aumentou desmesuradamente em relação aos anos anteriores, a insuficiência dos trabalhadores não docentes tornou mais difícil o quotidiano das escolas, não foi feito o adequado reforço dos equipamentos que permitissem o recurso ao ensino a distância.

Optou-se pelo caminho mais fácil que foi nada fazer e esperar que a pandemia passe. E, para cúmulo, o Ministério da Educação não presta informações claras e rigorosas sobre a evolução da pandemia nas escolas, deixando instalar-se desnecessariamente um sentimento de incerteza e de insegurança.

O Ministério da Educação continua a revelar uma confrangedora incapacidade para definir políticas educativas ajustadas à realidade e às necessidades do nosso sistema de educação e formação.

fne

João Dias da Silva
Secretário-Geral



NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.3** - FÓRUM FNE 2020 EM FORMATO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL | **P.4 À P.7** - I WEBINAR FÓRUM 2020: A EDUCAÇÃO É SEMPRE UMA OBRA INACABADA | **P.8, P.10** - PEDRO ROQUE: "CONCERTAÇÃO SOCIAL É FUNDAMENTAL" | **P.11, P.13** - III WEBINAR FÓRUM 2020: PISA PARA AS ESCOLAS | **P.14** - FNE FESTEJOU O SEU 38º ANIVERSÁRIO | **P.15** - FNE REUNIU COM GRUPOS PARLAMENTARES | **P.16, P.17** - FNE REIVINDICA ENQUADRAMENTO ADEQUADO PARA PROFESSORES EM GRUPOS DE RISCO | **P.18** - SN DA FNE APROVA RESOLUÇÃO A CRITICAR O OE2021 | **P.19** - FNE APRESENTOU 8 MEDIDAS PARA MELHORAR O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA | **P.20** - CARTA ABERTA DA FNE AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO | **P.21, P.22** - PAPEL ATIVO NA DINÂMICA DAS ESCOLAS MERECE VALORIZAÇÃO | **P.24, P.25** - NOVA DIREÇÃO DO STAAE-ZN IMPRIME UMA NOVA DINÂMICA | **P.26** - CONFERÊNCIA DO CSEE 2020 | **P.27, P.28** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE OUTUBRO A 25 DE NOVEMBRO DE 2020 | **P.29** - +VANTAGENS FNE



Fórum FNE 2020 em formato exclusivamente digital

A FNE e o canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho) iniciaram a 2 de novembro, um ciclo de cinco webinars englobado no Fórum FNE 2020, que este ano, e de forma excepcional, acontece em formato exclusivamente digital.

Num tempo considerado de emergência, torna-se essencial debater o presente e o futuro da Educação, numa busca pela determinação do caminho certo e de respostas educativas apropriadas para as escolas, em tempos já cheios de novos desafios.

Vivemos um momento crucial para o sistema educativo, uma vez que a pandemia pode funcionar como um "acelerador de futuro", permitindo uma reflexão conjunta, entre os vários 'atores' da educação, sobre questões que afetam o futuro do sistema e que se podem revelar determinantes na promoção do sucesso escolar para todos.

O ciclo de webinars do Fórum FNE iniciou-se a 2 de novembro, com o primeiro tema em debate a ser "A Formação de professores - inicial, contínua especializada; da lógica original do ECD às sucessivas mudanças introduzidas/aplicadas e o desafio para o futuro", e contou com Rui Eduardo Trindade Fernandes (Presidente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua - CCPFC) e José Sales (Vice-Reitor para o Ensino, Formação e Organização Académica da Universidade Aberta) como oradores.

"O mundo do trabalho, as suas metamorfoses e desafios" foi o segundo tema em discussão, no dia 5 de novembro, com a participação do Presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, Pedro Roque Oliveira.

Gonçalo Xufre, coordenador nacional do Projeto PISA para as Escolas (OCDE), foi o orador convidado no dia 12 de novembro, seguindo-se no dia 26 novembro a prestação de Bravo Nico, da Universidade de Évora, para um debate sobre "Um Sistema educativo para a equidade".

A fechar este ciclo de cinco seminários digitais do Fórum FNE 2020, Rodrigo Queiroz e Melo (Universidade Católica) vai trazer-nos, em 10 de dezembro, os seus pontos de vista relativos ao "Ensino privado no contexto europeu e os desafios para o EPC em Portugal".

fne

FORUM 2020

Ciclo de webinars

NOV e DEZ 2020 17:00H às 18:00H

2 de novembro

Formação de professores - inicial, contínua especializada;
da lógica original do ECD às sucessivas mudanças
introduzidas/aplicadas e o desafio para o futuro

Oradores



Rui Eduardo Trindade Fernandes

Presidente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua



José Sales

Vice-reitor para o Ensino, Formação e Organização Académica da Universidade Aberta

Moderação



Pedro Barreiros

Vice-Presidente da Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho – AFJET



Paulo Fernandes

Secretário Executivo da FNE

I webinar do Fórum FNE 2020 sobre formação contínua

A educação é sempre uma obra inacabada



O primeiro de cinco webinars do Fórum FNE 2020 decorreu em 2 de novembro com o tema "A Formação de professores - inicial, contínua especializada; da lógica original do ECD às sucessivas mudanças introduzidas/aplicadas e o desafio para o futuro", tendo como oradores convidados Rui Eduardo Trindade Fernandes (Presidente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua - CCPFC) e José Sales (Vice-Reitor para o Ensino, Formação e Organização Académica da Universidade Aberta - UA), moderados por Pedro Barreiros (Vice-Presidente da Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho – AFIET) e Paulo Fernandes (Secretário Executivo da FNE).

O Presidente do CCPFC começou então por direcionar a sua apresen-

tação sobre a "Reinvenção da profissão docente e formação de professores" para aquilo que considera ser muito necessário levar a debate: Qual é o sentido atual da escola?

Será que podemos continuar a viver numa escola onde se acredita que a realização de aprendizagens significativas só é possível após a realização mecânica de exercícios e da memorização de informação sem significado para os alunos?

Será que podemos continuar a viver numa escola onde a avaliação contribui para que o sucesso de uns seja aferido em função do insucesso dos outros? O que fazer? Os professores estarão condenados a ser Sísifos e valerá a pena sermos Ícaro?

Questiona Rui Trindade: terão os professores que passar do papel de

instrutores para facilitadores? As atividades na sala de aula têm de ser organizadas em função dos saberes, das necessidades e dos interesses dos alunos?

Os conteúdos e a informação devem perder relevância, para que nas escolas se possa promover o desenvolvimento cognitivo e relacional dos alunos, o desenvolvimento de estratégias de pesquisa e de processamento de informação ou de resolução de problemas?

E por fim: Para que as escolas sejam espaços culturalmente significativos só se poderão utilizar metodologias como o Trabalho de Projeto, a Aprendizagem baseada na Resolução de Problemas ou, entre outros, a Abordagem baseada nas Salas de Aula Invertidas?

«SÓ NOS RESTA SER GAUDÍS»

Rui Trindade afirma, com autoridade e sem qualquer tipo de hesitação, que nem estamos condenados a ser Sísifos nem valerá a pena sermos Ícaro, restando-nos a condição humana de, como professores e educadores, sermos Gaudís, convocando a figura do famoso arquiteto catalão, autor da Sagrada Família, para demonstrar que “é possível ser Gaudí, porque a educação tem de ser vista sempre como uma obra inacabada”.

Assim sendo, o professor é o construtor de uma catedral inacabada, tendo que compreender três princípios básicos: que a nossa obra será sempre uma obra inacabada, que a nossa obra obriga a aprender a cooperar com outros e compreender que o erro é condição necessária ao desenvolvimento de qualquer obra. Para ilustrar estes princípios, e a ideia de que só nos resta ser Gaudís, Rui Trindade serviu-se da história do Viajante e os Três Pedreiros, para concluir que “com as crianças estamos a fazer uma catedral”.

De seguida, evocando Jean Paul Sartre, o filósofo existencialista francês, Rui Trindade lançou a questão sobre “O que podemos fazer com aquilo que nos deixam ser?”, deixando três recomendações: em primeiro lugar, libertarmo-nos do peso da “Escola das certezas”, que moldou muitas gerações passadas; libertarmo-nos da saudade do tempo da “Escola das Promessas”, que vingou nos anos 40 e começou a ruir na crise do petróleo dos anos 70, e por fim aprendermos a viver e a trabalhar numa Escola do “tempo das incertezas”, que é a escola dos tempos presentes em que vivemos.

Sobre o conhecimento profissional docente, Rui Trindade considera existir uma tensão entre conhecimento académico e científico

versus o conhecimento curricular e pedagógico, no âmbito dos projetos de formação contínua. Deste modo, a hipervalorização de um tende a contribuir para a desvalorização de outro, concorrendo para que a profissão docente seja vista em função de um tipo de conhecimento profissional que contribui para que seja percebida com uma profissão indiferenciada. Nesta perspetiva, a profissão docente constrói-se em função de um tipo de conhecimento que a singulariza como profissão, ainda que contribua para a desvalorizar como uma ação profissional culturalmente complexa.

«A FUNÇÃO DA ESCOLA É DE INTERLOCUÇÃO CULTURAL»

Para este orador, o conhecimento profissional docente tem que conter e estar contido quer no conhecimento académico e científico, quer no conhecimento curricular e pedagógico, neste último caso com as contribuições das neurociências e aprendizagem, da inteligência sócio-emocional, das metodologias ativas, do mindfulness e do coaching educativo.

No que respeita ao isomorfismo pedagógico, o orador responde com o ditado “Bem prega Frei Tomás, olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz” e acrescenta que a reflexão sobre o perfil dos formadores no âmbito dos projetos de formação contínua, não poderá ser dissociada nem da abordagem produzida sobre a problemática do conhecimento profissional docente nem da abordagem produzida a propósito do isomorfismo pedagógico.

Porém, numa valorização do conhecimento curricular e pedagógico a problemática do isomorfismo pedagógico é, em princípio, uma questão decisiva, do ponto de vista das finalidades e das dinâmicas de

formação que se propõem e se desenvolvem. Rui Trindade nota então que o problema, neste cenário, tem a ver com o facto de se dissociar a formação curricular e pedagógica da formação académica e científica.

Rui Trindade sublinha com assertividade que “a função da escola é de interlocução cultural”, cabendo-lhe o papel e a responsabilidade de “dar os instrumentos para pensar”. O orador terminou a sua apresentação com referências ao “Poema em linha recta”, de Álvaro de Campos (Fernando Pessoa), querendo reafirmar que o professor não pode ter medo de errar.

JOSÉ SALES: «UMA OBRIGAÇÃO E UMA NECESSIDADE»

Por seu lado, José Sales abriu a sua intervenção afirmando que “os desafios com que nos deparamos agora, já existiam antes da pandemia. E é preciso fazer um ponto de articulação entre há 30 anos e hoje. Mesmo que um docente não seja confrontado com novas realidades, vai acabar por ter de as enfrentar mais tarde. Precisamos de regulamentação para o ensino a distância, por exemplo. E temos uma peça vital: uma plataforma de encontro para ensino/apresentações de ambientes virtuais que oferecem realidades educativas. Mas de nada adianta isto se os professores não conhecerem bem a plataforma ou se não tiverem adquirido competências. Daqui a importância fundamental da formação de docentes”.



Segundo José Sales, "o professor deve ter em conta a era em que vive, cabendo-lhe usar as ferramentas que o seu tempo lhe proporciona. Nesta era digital temos de ter ideia de todos os recursos que o mundo nos dá. É uma obrigação e uma necessidade para o professor do século XXI". A isto acresce todo o bem que a formação oferece aos docentes, pois um profissional interessado e que busca aprimorar-se continuamente, bem como desenvolver as suas competências, tende a demonstrar uma qualidade de ensino superior em sala de aula e isso pode ampliar o seu campo de trabalho.

José Sales sublinha que a formação permite envolver os profissionais em processos de aperfeiçoamento, para que assim possam estar sempre bem informados e atualizados acerca das novidades e tendências educacionais. O educador poderá assim melhorar a sua prática docente e o seu conhecimento profissional e despertar a consciência para o seu papel social dentro e fora da sala de aula. Além do mais, "um docente que não se atualiza é um docente em perda de valências, com mais angústias, mais depressões e mais insatisfações".

«SEM OS PROFESSORES NADA FEITO»

Para José Sales, educar na era digital é necessariamente diferente e temos de nos convencer que é preciso construir comunidades de aprendizagem adaptadas à nova era e, sobretudo, conhecer/alterar a maneira ou as maneiras como ensinamos. No entanto, com a

disponibilidade dos vários agentes educativos em fazerem a sua parte, encarregando-se cada um de trazer o seu contributo, é possível realizar paulatinamente esta construção coletiva em nome de uma educação de futuro, com qualidade e rigor, aperfeiçoando um modelo de ensino que procura atender à diversidade das formações e às diferentes necessidades académico-pedagógicas de estudantes e professores.

O Professor da UA defendeu ainda que "a formação envolve os profissionais em processos de informação e atualização, que têm ainda maior significado quando aplicados na era digital e às novas práticas de ensino a distância ou híbrido, fazendo ainda despertar a consciência para o seu papel social dentro e fora da sala de aula. É possível assim realizar uma construção coletiva em nome de uma educação com futuro, com qualidade e rigor, aperfeiçoando um modelo de ensino que atenda à diversidade de formações".

Após as apresentações dos dois oradores convidados, o moderador Paulo Fernandes lançou algumas questões ligadas à forma de alcançar o conhecimento profissional docente, à possível criação de um plano nacional de formação e se o novo ambiente, que se vive nos dias que correm nas escolas, não exige um novo perfil de docente.

Quanto a estas questões, Rui Trindade começou por dizer ser necessário "propor novos modos de estar na sala de aula. Os professores têm de trabalhar mais em equipa educativa. E há funções



na escola que não cabem ao professor fazer. É preciso libertar e meter outros profissionais na escola para libertar os professores para o que realmente interessa: a preparação de aula".

Já para José Sales, "a educação não pode esperar. Por isso é preciso pegar naquilo que há e dar mais horas de formação. Sem isso não evoluímos e vamos ter professores sem energia e sem tempo, apesar de saberem como resolver as coisas", afirmando ainda que "devido às nossas características culturais, tenho dificuldade em acreditar na criação de um plano nacional de formação. Acima de tudo temos de entender que o perfil do docente no futuro vai basear-se nas competências digitais que ganham como cidadãos. E que os Sindicatos são uma força aceleradora na questão da formação, que será sempre algo vital para a profissão docente".

A fechar, o moderador Pedro Barreiros recordou a capacidade de adaptação dos professores portugueses na pandemia, até na questão da formação, "pois nunca houve tanta procura por formação como agora", deixando ainda a mensagem de que "é preciso permitir mais tempo ao professor para este cumprir o seu papel e para haver um espaço próprio para a formação".

FORUM 2020

Formação de professores

- inicial, contínua especializada;
da lógica original do ECD às sucessivas mudanças
introduzidas/aplicadas e o desafio para o futuro

fne

5 de novembro

17:00H às 18:30H

fne

FORUM 2020

w2

As metamorfoses/desafios de hoje do mundo do trabalho

ORADOR



Pedro Roque Oliveira

Presidente da Comissão Parlamentar
de Trabalho e Segurança Social

Lucinda Manuela Dâmaso

Presidente da UGT - Portugal
Vice-Secretária Geral da FNE e Presidente do SPZN



Pedro Miguel Barreiros

Vice-Presidente da Associação para a Formação
e Investigação em Educação e Trabalho - AFiET



MODERADORES



facebook.com/canal4pt

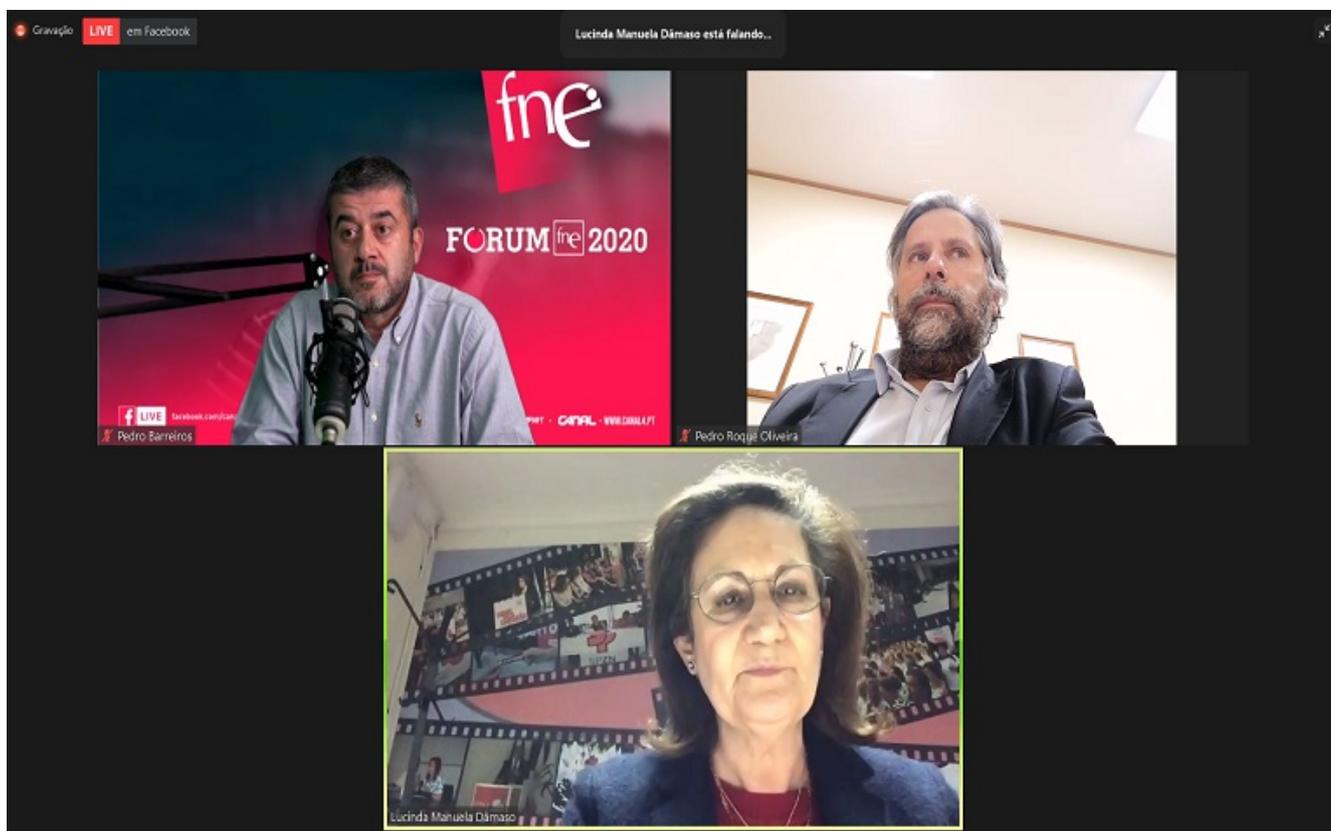


AFiET

CANAL • WWW.CANAL4.PT

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória.

Pedro Roque no II Webinar do Fórum FNE 2020: «Concertação Social é fundamental para os desafios do trabalho»



"As metamorfoses/desafios de hoje do mundo do trabalho" foi o tema levado a debate no segundo de cinco webinars do Fórum FNE 2020, organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho), e que teve como orador o Presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, Pedro Roque Oliveira e moderação de Lucinda Manuela Dâmaso (Vice-Secretária-Geral da FNE e Presidente da UGT) e Pedro Barreiros (Vice-Presidente da AFJET).

E foram muitas as questões sobre o mundo laboral que estiveram em cima da mesa, com Lucinda Manuela Dâmaso a lançar o webinar, questionando o convidado relativamente aos desafios que o trabalho enfrenta no futuro e como gerir a questão da entrada de

menos verbas nos cofres da Segurança Social, devido ao facto de existir uma quebra acentuada no número de trabalhadores no ativo.

Sobre esta situação, o deputado Pedro Roque, com um passado político sempre ligado ao Trabalho e ao sindicalismo (foi Secretário-Geral Adjunto da UGT entre 2010 e 2011), começou por considerar que o futuro é hoje e que muitas das alterações que vivemos no momento "vieram para ficar, como é o caso do teletrabalho. E estes são grandes desafios que vão ter obrigatoriamente que passar pela negociação coletiva".

A criação de um possível seguro para desemprego foi uma das soluções sugeridas de futuro, mas "não podemos esquecer que qualquer salto tecnológico cria novos postos de trabalho, exige

mais especialização e mais questões no Direito do trabalho".

Numa análise à atual mudança de paradigma a que podemos estar a assistir durante a pandemia que nos assola, o deputado referiu que "há o lado bom e o lado mau. O teletrabalho traz vantagens como conciliar o pessoal com o profissional, terminar com as chamadas 'horas de ponta', mas por outro lado tem problemas de regulamentação. Daí achar que "têm de chegar à Concertação Social propostas que permitam criar um impulso para o futuro". Foi ainda referido que aquilo a que alguns chamam de "uberização" da economia pode vir a trazer vários problemas, pois aumenta o número de trabalhadores não sindicalizados e resulta também numa maior penalização para os trabalhadores, devido ao nível de precariedade a que esta ideia pode levar.

São várias as profissões em risco com as metamorfoses que o mundo do trabalho perspectiva para o futuro, mas também são muitas as novas oportunidades. Nenhuma profissão está ao abrigo de acabar "e se não fosse o pôr em causa o direito ao trabalho, a automatização era francamente positiva. O desafio é encontrar um equilíbrio".

CONCERTAÇÃO SOCIAL E MUDANÇAS NO TRABALHO

Voltando um pouco atrás à questão do papel da Concertação Social foi referido que "reforço que tem um papel fundamental. O lado patronal já começou a perceber que ter um trabalhador enfiado no escritório das 9h às 17h já não é tão vantajoso assim. Mas tudo isto tem de ser enquadrado na negociação coletiva e regulamentado. Todas as mudanças no mundo do trabalho devem ter a chancela da Concertação Social".

Entrando o webinar num período de perguntas e respostas colocadas pela audiência e lançadas ao convidado por Pedro Barreiros, o tema centrou-se, como não podia deixar de ser, numa iniciativa organizada pela FNE referente ao teletrabalho para Docentes. Vai uma possível automatização do ensino mudar as relações entre professores e alunos? Têm os Docentes de fazer uma maior aposta na Formação em novas tecnologias para dominar melhor o ensino a distância? A tudo isto Pedro Roque respondeu com sinais verdes e vermelhos. Verdes pois não esqueceu o elogio à "capacidade de reagir, até com alguma improvisação, à mudança repentina que o ensino enfrentou em março". E vermelhos porque apesar de ser um mix de resultados, faltou algo.

Pedro Roque acentuou as desigualdades: "Os acessos aos meios não foi garantido e deixou muitos alunos de fora", acrescentando depois que acredita que a profissão docente será das últimas a ser

substituída pela tecnologia, porque nada substitui a sala de aula, não deixando de lado a hipótese de a tecnologia servir como complemento importante no futuro. Mas aqui veio à conversa um problema há muito apontado pela FNE e reforçado pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social: "O corpo docente é muito envelhecido e isso pode criar problemas no acesso às tecnologias. É preciso apostar na formação, mas também no rejuvenescimento da classe".

Num ponto mais geral, Pedro Roque foi questionado sobre o facto de o teletrabalho não estar regulamentado, mas continuar a ser uma das formas de combate à disseminação do vírus da COVID-19: "É uma situação complicada... com a atividade económica nos números em que está é preciso fazer algo. Esta é uma decisão para o presente e pela saúde. A ideia acima de tudo é resguardar as pessoas. Mas depois de passarmos isto, é preciso avançar com urgência para a regulação e alterações no código do trabalho, procurando acordos entre todos os intervenientes. É preciso por exemplo ter em conta situações como a cobertura do seguro de trabalho em casa como se alguém estivesse no escritório", com Lucinda Manuela Dâmaso a alertar o deputado para o facto de que a UGT já fez chegar à Concertação Social uma reivindicação para que seja prevista proteção para o trabalhador como se fosse no local de trabalho.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO

A fechar, o Secretário-Geral da FNE fez chegar quatro ideias ao orador convidado, através da caixa de comentários do webinar. Em primeiro lugar, João Dias da Silva considerou ser indispensável investir na aposta na formação que se revele útil para os trabalhadores e que permita melhorar competên-

cias, sublinhando ainda que investir na educação e formação ao longo de uma vida é fundamental para o desenvolvimento de um país. Em segundo lugar que a ação sindical deve ter estas orientações na sua primeira linha de ação. Em terceiro que os Estados devem garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores com níveis salariais adequados e postos de trabalho seguros e saudáveis. E por último que a chamada "economia verde" venha a dinamizar o mercado de trabalho e a criar novas perspetivas.

A este "desafio" do SG da FNE, Pedro Roque Oliveira deixou como ideias fundamentais que as novas competências vão ser cada vez mais obrigatórias, tanto em novas profissões, como noutras como a docência, e que os salários têm de ser adequados, apesar do nível de desemprego agir sempre a favor ou desfavor do trabalhador, seja no salário ou nas condições de trabalho.

Mas aí a negociação coletiva deve 'aplanar' essas diferenças. Já sobre a economia verde concordou também com João Dias da Silva, pois é aí que se vai encontrar muitos dos empregos do futuro.

No fim, e em jeito de resumo, o orador convidado deixou a mensagem "de que o papel dos sindicatos é fundamental. Acima de tudo os sindicatos que fazem parte da UGT são parceiros sociais responsáveis e percebem que a ação reivindicativa de situações como atualizações de salários são importantes, mas devem também oferecer na negociação coletiva outras matérias para discussão, como estas que hoje aqui falámos".



12 de novembro

17:00H às 18:00H

fne

FORUM 2020

W3 O Projeto PISA
para as Escolas

ORADOR



Gonçalo Xufre
OCDE

Manuel Teodósio
Presidente da UGT - Viseu
Presidente em Exercício do SPZC



Joaquim Messias
Secretário Nacional da FNE
Coordenador Distrital de Viseu e membro da Direção do SPZC



MODERADORES



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



afieT

CANAL • WWW.CANAL4.PT

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória.

Gonçalo Xufre, no III webinar do Fórum FNE 2020: PISA para as Escolas visa melhorar a aprendizagem e bem-estar dos alunos



O terceiro webinar do Fórum FNE 2020 decorreu em 12 de novembro, com foco no “ Projeto PISA para as Escolas”, da OCDE, que é um instrumento para melhorar o desempenho nos resultados de aprendizagem de alunos, aplicável a uma escola, agrupamento ou um município, e que teve como orador convidado o Professor Doutor Gonçalo Xufre, coordenador do projeto em Portugal, e a moderação de Manuel Teodósio (Presidente da UGT Viseu e Presidente em exercício do SPZCentro) e de Joaquim Messias (Secretário-Nacional da FNE e Coordenador distrital e membro da Direção do SPZCentro).

Gonçalo Xufre começou por apresentar algumas dinâmicas e

objetivos que distinguem o projeto global do PISA e o seu derivado “PISA para as Escolas”, começando por referir que o PISA global visa aferir a aplicação das competências desenvolvidas pelos alunos no capítulo da leitura, da matemática e da ciência, tendo sido aplicado desde 2000, de três em três anos, abrangendo 600 mil alunos de 15 anos, de 79 países e economias.

O orador frisou que o PISA global “produz rankings que são mediáticos e que torna o projeto quase num campeonato, o que para mim limita a leitura do verdadeiro potencial que tem. No fundo, acaba por validar políticas educativas que podem não ser as mais adequadas, o que pode vir a ter um impacto negativo nos alunos”. Isto é, “o

programa nasceu para apoiar e dar aos governos instrumentos para políticas educativas e para ajudar a melhorar o sucesso educativo dos alunos, mas não nos podemos esquecer que a educação é um sistema dinâmico, que vai criando soluções dentro do seu próprio sistema”.

Mas entrando numa comparação direta entre os dois projetos, Gonçalo Xufre nota que, na sua base, o PISA global mostra o desempenho educativo de um país, ao passo que o “PISA para Escolas”, criado em 2012, revela o desempenho de uma escola, agrupamento ou autarquia, podendo ser aplicado todos os anos e utilizado para elaborar relatórios regionais ou de redes de escolas.

O orador convidado deste webinar considerou que "para nós a voz do aluno é o meio mais rico para se tirar conclusões. Depois da recolha da informação é necessário cruzar os dados relativos a competências cognitivas e ao seu envolvimento na aprendizagem, para retirarmos resultados que, como se compreende, nunca podem ser desagregados do contexto sociocultural em que a escola está integrada".

Nesta sequência, as escolas ou as autarquias recebem um relatório com uma estrutura que abrange as perspetivas sobre as competências sócio-emocionais dos alunos que, acima de tudo, "não servem para construir rankings. Esta informação é feita para levar à análise, reflexão, e discussão dentro das escolas, sobre como é possível melhorar o desempenho nos resultados de aprendizagem e bem-estar dos alunos".

FOTOGRAFIA DE ESCOLA E FOTOGRAFIA TERRITORIAL

A ação do "PISA para as Escolas" passa também por um projeto próximo com municípios. Este é um projeto piloto da OCDE que visa a conceção, construção e dinamização de um "Colaboratório de Investigação", ou seja, de capacitação das escolas para a melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos em Portugal, tendo por base a linguagem das competências definidas pelo PISA global da OCDE. Segundo Gonçalo Xufre, o objetivo passa por "criar uma rede onde cada ator tenha uma fotografia da sua atividade", através da capacitação dos professores, líderes escolares e coordenadores nacionais ou regionais."

São realizados questionários digitais aos alunos e também às Escolas, e posteriormente é efetuado o tratamento de dados e fornecido o respetivo relatório por cada instituição. Desta forma, cada Escola dispõe de um relatório com a análise de dados referentes apenas

aos seus alunos, ou seja a sua fotografia de escola. O produto final para um município ou para uma comunidade intermunicipal é a sua fotografia regional, territorial. E o que ficou desde logo neste projeto assente é que os municípios não têm acesso às fotografias das escolas. Para o orador, "as escolas têm autonomia para fazer o que quiserem com os seus resultados e procurar as soluções que melhor lhes caiba, podendo em último caso até deixar o relatório na gaveta". No atual momento, quatro municípios (Amadora, Arouca, Barcelos e Braga) e quatro comunidades intermunicipais (Ave, Médio Tejo, Viseu Dão Lafões e Terras de Trás-Os-Montes) integram o estudo piloto da OCDE em Portugal, que já implementaram no anterior ano letivo.

Antes do período reservado a questões dos participantes, o moderador Manuel Teodósio, deixou algumas ideias que considerou essenciais para se compreender o peso que o PISA tem na educação. Primeiro que tudo pela sua dimensão, pois acontece em ligação com 79 países e economias. Depois pela confirmação da evolução positiva de Portugal, entre 2000 e 2012, situação que o moderador aproveitou para elogiar o contributo determinante dos professores para esses resultados. Em seguida, pelo facto de o Programa PISA ter como objetivo o sucesso dos alunos e dos sistemas educativos e ser transversal a docentes e não docentes, criando condições para que tal aconteça. E por último pela capacidade de análise das características sócio-emocionais dos alunos.

O moderador Joaquim Messias lançou, por sua vez, para o debate algumas questões colocadas pelos participantes. A este propósito, Gonçalo Xufre aproveitou para reforçar a questão da participação exata dos municípios no programa, o que passa "por uma postura colaborativa entre escolas e municípios. São atores interessados

num bom produto final. Mas não podemos esquecer que os municípios nunca têm a fotografia final. Apenas a escola a tem e só ela sabe o que fazer com isso", seguindo depois para resposta a uma pergunta sobre o possível desfazamento provocado pelos rankings, ao que respondeu: "Neste projeto não vão existir rankings nem listas. E a comunicação social é aqui um adversário. As realidades são diferentes. Um agrupamento de 12 escolas da Amadora não tem as mesmas características que um agrupamento em Trás-os-Montes. Há muitas variáveis a ter em conta e essa informação tem de constar nos relatórios".

Questionado sobre as razões para uma diminuição do desempenho cognitivo dos alunos portugueses no PISA desde 2015, Gonçalo Xufre afirmou que "a ideia é ir medindo as mudanças ocorridas. Portugal teve uma estabilização. Começou por ter preocupações com os níveis cognitivos, arranjou soluções e estabilizou. Talvez essa estabilidade nos resultados seja uma das razões".

Em jeito de conclusão, o orador convidado deste webinar sublinhou que o Projeto "PISA para as Escolas" não foi desenhado para obter resultados individuais de alunos ou para construir rankings de escolas. Ele assenta, por lado inverso, numa lógica de comunidade, onde existirão oportunidades de partilha de práticas e trabalho colaborativo entre os Agrupamentos de Escolas, tendo em vista a promoção do sucesso das políticas educativas locais e a qualidade das aprendizagens dos alunos.



38

ANIVERSÁRIO
1982-2020MESMO NOS
TEMPOS DIFÍCEIS
SEMPRE AO LADO DOS
TRABALHADORES DA
EDUCAÇÃO

No dia 2 de novembro FNE festejou o seu 38º aniversário

A FNE festejou a 2 de novembro o seu 38º aniversário. A data ficou marcada por iniciativas online, como uma declaração do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva e por ações realizadas pelos Sindicatos da FNE e que puderam ser acompanhadas ao longo do dia no site e redes sociais da federação.

Foi a celebração de 38 anos de ação sindical livre e democrática, com resultados práticos na vida e nas condições de trabalho dos educadores e professores e também dos trabalhadores não docentes portugueses. Muitas vitórias e sucessos assinalados em acordos e na contratação coletiva, que permitiram a valorização profissional e social da condição docente e das condições de trabalho de todos os trabalhadores não docentes da educação.

Na constituição daquela que foi a primeira federação nacional de sindicatos de professores (a então FNSP-Federação Nacional dos Sindicatos de Professores, mais tarde FNE), as palavras eram claras: "Só unidos reivindicaremos com força, só unidos poderemos defender com êxito os professores e o ensino". E é esta afirmação coletiva da nossa fé no valor do sindicalismo democrático e de negociação, na importância da educação como motor da sociedade e na força fundamental da unidade que a FNE tem colocado em prática desde 1982.

Nestes 38 anos de vida e ação sindical são vários os motivos dos quais a FNE se orgulha.

Este é um percurso de que muito nos orgulhamos.

E fê-lo respeitando integralmente a afirmação que constava do Manifesto que foi apresentado publicamente no dia 4 de novembro de 1982: "O futuro de Portugal depende do nível de educação a que o povo tiver acesso", acrescentando que "Não há educação sem professores e como os bons professores hão de ter boas condições de trabalho e um nível de vida adequado, a Federação manter-se-á na primeira linha na defesa de condições de vida e de trabalho dignas para profissionais a quem pertence, em boa parte, a definição do futuro."

Foi assim e é assim. A FNE não desiste de estar sempre do lado de todos os profissionais da Educação que, muitas vezes com sacrifícios vários, pessoais, familiares, profissionais e sociais, garantem o funcionamento do sistema educativo, em todas as suas vertentes, contribuindo para a oferta, aos nossos alunos, jovens e adultos, de uma Educação de Qualidade e para uma sociedade mais justa, mais sustentável e mais inclusiva para todos.

Sempre pela valorização e dignificação dos profissionais que representamos. Os trabalhadores da educação podem contar com a FNE: ontem, hoje e amanhã.

FNE reuniu com Grupos Parlamentares



A FNE fez chegar, em encontros com os grupos parlamentares do PEV, PSD, BE e PS, as suas propostas relativas ao Orçamento de Estado para 2021, que defendem a disponibilização para a Educação e Formação dos meios e dos recursos indispensáveis para o tempo excecional que estamos a viver e para os tempos que se avizinham, assim como para os alertar sobre a ausência de medidas adequadas relativas ao rejuvenescimento do corpo docente e ao acesso à aposentação antecipada.

Nestas reuniões foi também denunciado pela FNE, o profundo silêncio do Ministro da Educação que ignorou até agora as propostas da federação sobre as condições de desenvolvimento do ano letivo sofrendo-se hoje as consequências desta

ausência de medidas apropriadas.

Esta foi então uma forma encontrada para levar a mensagem aos grupos parlamentares de que, ao contrário do que o Governo tem feito, é necessário dar voz às organizações sindicais que representam os docentes e não docentes e que a desvalorização do diálogo e da concertação social complicam ainda mais o caminho nesta já difícil conjuntura que vivemos.

Matérias como a questão da seleção de docentes sem componente letiva que podem ser chamados para realização de tarefas de rastreio de COVID-19 e a situação dos milhares de alunos sem professores que abre uma ferida gravíssima no

direito à educação e à igualdade de oportunidades para todos, além da ausência de medidas adequadas para o desenvolvimento do ano letivo que, para ser presencial, exige medidas especiais que permitam a sua concretização em segurança, vão estar também em debate.

Estas reuniões inseriram-se num conjunto de iniciativas que a FNE levou a cabo com os Partidos representados na Assembleia da República, de forma a manifestar preocupações com vários temas ligados às políticas de Educação que o Governo tem levado a cabo e demonstrar a sua disponibilidade para um diálogo regular que permita partilhar as perspetivas, atividades e objetivos para o setor.

Um em cada quatro está nesta situação

FNE reivindica enquadramento adequado para professores em grupos de risco



No Relatório que a FNE elaborou a partir de um inquérito a **1.316** docentes dos estabelecimentos de ensino portugueses da educação pré-escolar, ensino básico e secundário, denominado "**Condições das Escolas no Regresso das Aulas Presenciais**", cerca de **26,4%** dos professores indicaram pertencer a algum grupo de risco. Atendendo a que em 2019 existiam em Portugal, de acordo com a Pordata, **146.992** docentes, isto corresponde a cerca de **38.800** docentes, aproximadamente um em cada quatro.

De acordo com a legislação em vigor, enquadram-se em grupos de risco situações como a idade avançada (65 anos ou mais); doenças crónicas como: doença cardíaca, doença pulmonar, doença oncológica, hipertensão arterial, diabetes, entre outros; sistema imunitário comprometido como doentes: em tratamentos de quimioterapia, em tratamentos para doenças

autoimunes (artrite reumatoide, lúpus, esclerose múltipla ou algumas doenças inflamatórias do intestino); infetados com o vírus da imunodeficiência humana, transplantados.

Deste modo, e com uma população tão elevada e envelhecida, como está por todos reconhecida, era de esperar atingir um número elevado de docentes a pertencerem a grupos de risco.

O estudo conduzido pela FNE demonstrou também que cerca de **17,6% (25.900)** terão formalmente informado a direção das escolas/agrupamentos a que pertenciam, cerca de **6,2% (9.100)** através de declaração médica comprovativa e cerca de **2,3% (3.400)** entenderiam dever apresentar atestado médico.

Ainda de acordo com o estudo realizado pela FNE, cerca de **13,1% (19.300 docentes)** pretendem ficar em teletrabalho enquanto se mantiver a situação de pandemia e cerca de **21,1% (32.500)** indicaram pretender minimizar o tempo passado na escola.

O "**Relatório: Condições das Escolas no Regresso das Aulas Presenciais**", da FNE, decorreu da Consulta Nacional feita entre 17 de setembro e 2 de outubro de 2020, a docentes e não docentes, pelos sindicatos da federação. No respeitante a docentes, foram obtidos **1.316** inquéritos válidos e o estudo, para um nível de confiança de **95%**, tem um erro amostral de **+/-2,7%**.

O que é surpreendente para a FNE é que, até hoje, o único número fornecido pelo Ministério da Educação a este respeito data de 30 de outubro, dando conta de que só **700** professores pertencentes a grupos de risco para a Covid-19 terão apresentado declarações médicas para poderem permanecer em casa durante 30 dias.

O que se pode concluir é que, na prática, e na ausência de enquadramento adequado, os docentes de grupos de risco acabaram por permanecer nas escolas, apesar das circunstâncias agravadas em que o fazem.

A FNE tem sido muito crítica quanto às condições de desenvolvimento do ano letivo por parte do Ministério da Educação, nomeadamente, como acentua a recente **CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO**, de 13 de novembro, quanto à incapacidade de determinar uma solução justa para o enquadramento dos docentes pertencentes a grupos de risco, conduzindo à situação contraditória de estes estarem impedidos de realizar teletrabalho, ao mesmo tempo que os seus colegas em situação de isolamento têm de se socorrer das ferramentas telemáticas para continuarem a trabalhar.

Neste quadro, a FNE justifica a necessidade de, em sede de concertação, serem discutidas e estabelecidas orientações que, entre outras, clarifiquem o regime de faltas associadas à pandemia e a forma como estes relevam para a carreira e descontos e determinem as formas de enquadramento dos docentes de grupos de risco em regime de teletrabalho, por sua própria opção.

NÃO DOCENTES: SIGNIFICATIVO O NÚMERO DOS QUE AFIRMAM PERTENCER A GRUPOS DE RISCO

O relatório promovido pela FNE integra ainda os resultados de **248** inquéritos validados de não docentes, tendo como base as respostas de trabalhadores de estabelecimentos de ensino portugueses da educação pré-escolar, ensino básico e secundário, dos setores público, privado dependente do estado e privado independente, para um nível de confiança de **95%**, com um erro amostral de **+/-4,4%**.

Tomando em consideração um total de **80.854** não docentes em Portu-

gal (DGEEC, Estatísticas da Educação 2018-2019), as respostas obtidas dão conta de que, em termos de amostra, **27,8 % (22.500)** dos respondentes afirma pertencer a um grupo de risco, enquanto **46,4% (37.500)** deram conhecimento da sua pertença a um grupo de risco de forma formal às direções das suas escolas e **36,2% (29.300)** utilizou a declaração médica para formalmente dar informação da sua situação.

Por outro lado, **23,2% (18.700)** utilizou o atestado médico para comunicar formalmente a sua situação à escola, **39,1% (31.700)** pretende ficar em teletrabalho e **58,0% (46.900)** pretende diminuir o tempo de permanência na escola.

De referir que, para além da pertença a um grupo de risco, o relatório da FNE "**Condições das Escolas no Regresso das Aulas Presenciais 2020**" disponibiliza uma vasta informação de docentes e não docentes a respeito das perceções sobre o funcionamento dos estabelecimentos escolares (planos de contingência, atuação do Ministério da Educação, condições de proteção e segurança ou adequado número de recursos humanos disponíveis), uma Questão Aberta e, finalmente, Conclusões, Recomendações e Propostas.



O ENQUADRAMENTO DOS DOCENTES DE GRUPOS DE RISCO

Ora, tendo em consideração o enquadramento jurídico-laboral dos docentes pertencentes a grupos de risco, determinado pelo desenvolvimento da pandemia de COVID-19, o Departamento Jurídico da FNE apreciou a legalidade das orientações emanadas pelo Ministério da Educação, nomeadamente o impedimento que foi criado para o direito à opção pelo “teletrabalho”.

A verdade é que o “teletrabalho” foi instituído como modalidade de prestação obrigatória, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções o permitissem e até se prevê que a forma de trabalho remoto, designado por teletrabalho, revista **natureza obrigatória** sempre que o trabalhador, mediante certificação médica, se encontrar abrangido pelo regime excepcional de proteção de imunodeprimidos e doentes crónicos.

Assim, no quadro desta Resolução, o direito à prestação de “teletrabalho” reveste-se de **natureza potestativa**, uma vez que o seu exercício depende, exclusivamente, de **ato de vontade do trabalhador**, recaindo sobre o empregador uma obrigação de segurança e saúde, de caráter e conteúdo proativo. Para o Departamento Jurídico da FNE é, assim, claro que **os docentes têm direito à opção pelo teletrabalho, que não pode ser negado por violar a lei**. Será dentro desta orientação que a FNE e os seus Sindicatos vão prosseguir a sua ação reivindicativa em defesa destes Docentes.

SN da FNE aprova Resolução a criticar o OE2021

O Secretariado Nacional da FNE, reuniu a 4 de novembro e aprovou por unanimidade uma Resolução que criticava o Orçamento de Estado (OE2021) e responsabilizava o Governo por medidas urgentes.

Através daquele documento a FNE apontava ser imprescindível que o OE para 2021 "disponibilizasse à Educação e Formação os meios e os recursos indispensáveis para o tempo excecional que estamos a viver e para os tempos que se avizinham, de forma que possa contribuir para que o País venha a superar os efeitos sociais e económicos desta crise, sempre na perspetiva do reforço da coesão social".

A FNE entende que o Governo falha neste OE, pela ausência de uma visão estratégica que coloque a educação como pilar determinante para a recuperação económica e para o desenvolvimento social do País, desde logo pela insuficiência da dotação que lhe está atribuída, que se mantém igual à de 2020, correspondendo a 3,4% do PIB.

Esta insuficiência, segundo o exposto na Resolução, repercute-se ainda ao nível das respostas para os problemas que se conhecem para o nosso sistema de educação e formação e, muito menos responde a uma visão estratégica de médio e longo prazo, nomeadamente porque falha ao nível do rejuvenescimento do quadro de docentes e não docentes das escolas; não atrai jovens para a profissão; não reforça o investimento em mais docentes e não docentes, além de não prever também qualquer tipo de investimento, seja para melhorar as condições de trabalho dos professores ou a qualidade de ensino do EPE (Ensino do Português no Estrangeiro).

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO CONTINUA SEM QUERER OUVIR OS PARCEIROS DA EDUCAÇÃO

Também neste documento ficou mais uma vez explícita a crítica ao facto de que o Ministério da Educação tenha ignorado por completo as propostas que em devido tempo a FNE lhe apresentou e que deveriam ter permitido que este ano letivo tivesse sido preparado adequadamente em função das condições excecionais que estamos a viver.

O SN da FNE com esta Resolução quis demonstrar que "estamos a sofrer as consequências desta ausência de medidas apropriadas, porque as escolas não dispõem dos professores de que os alunos precisam; não há trabalhadores não docentes suficientes para garantirem o funcionamento regular das escolas e as condições de apoio e segurança indispensáveis; as escolas dispõem dos mesmo computadores que tinham em junho passado, sem que se cumpra a promessa da universalização da escola digital; os

limites do tempo de trabalho dos professores são sistematicamente ultrapassados, e muitas vezes com atribuição de tarefas e reuniões para períodos do dia em que deveriam ter direito ao seu tempo de vida pessoal e familiar; não foi capaz de determinar uma solução justa para o enquadramento dos docentes pertencentes a grupos de risco, conduzindo à situação contraditória de estes estarem impedidos de realizarem teletrabalho ao mesmo tempo que os seus colegas em situação de isolamento têm de que se socorrer das ferramentas telemáticas para continuarem a trabalhar".

Nesta Resolução a FNE exigiu ao Ministro da Educação que apresente soluções para os diferentes problemas do problema educativo, que deixe de ignorar os representantes sindicais ficando ainda o alerta de que manter milhares de alunos sem professores abre uma ferida gravíssima no direito à educação e à igualdade de oportunidades para todos.

[Leia aqui o texto completo da Resolução](#)



Em pedido de reunião ao Ministério da Educação FNE apresentou 8 medidas para melhorar o trabalho docente na pandemia

A FNE fez chegar ao Ministério da Educação (ME) um pedido de reunião para que pudessem ser discutidas as propostas e preocupações da FNE em relação a múltiplas situações em que nas nossas escolas os educadores e professores ultrapassam largamente e sistematicamente os limites do seu tempo de trabalho, com claros prejuízos em termos de saúde, de estabilidade emocional e de condições para conciliação do tempo de trabalho com o tempo de vida pessoal e familiar.

Neste novo ano letivo, são muito diferentes e difíceis as condições em que o trabalho docente se desenvolve, com novas exigências, em que temos de colocar na primeira linha das nossas responsabilidades o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem eficazes, justificando-se que toda a disponibilidade dos docentes esteja canalizada para esse objetivo.

E é então neste contexto que a FNE apresentou num ofício enviado ao ME, um conjunto de oito propostas de medidas que considera urgentes e essenciais para que se garantam condições adequadas para o exercício profissional docente neste contexto exigente de pandemia.

A FNE CONSIDERA ENTÃO ESSENCIAL QUE NO CONTEXTO ATUAL:

- aos educadores e professores se possa exigir que realizem apenas as tarefas que são necessárias para permitir a continuidade das aprendizagens, garantindo as condições em que esteja assegurada a saúde e a segurança sanitária de todos;

- devem evitar-se todas as práticas que contribuam para o excesso de carga de trabalho dos docentes, nomeadamente aquelas que puderem ser evitadas em termos de planeamento e dados de avaliação sem carácter de urgência e que não tenham a ver com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, bem como candidaturas e projetos que não tenham carácter inadiável e que não sejam imprescindíveis para a qualidade do processo educativo;

- seja determinado que todas as reuniões necessárias se realizem a distância;

- os docentes de grupos de risco, e mediante declaração médica justificativa, devem ser integrados em modalidades de trabalho a distância, não devendo permanecer nos locais de trabalho, mas mantendo o direito à remuneração integral;

- os docentes com atividade letiva presencial em horário completo atribuído não devem ser chamados a assegurar de uma forma sistemática a substituição dos colegas ausentes, o que só deve ocorrer em situações imprevistas e com carácter pontual, e com direito às respetivas compensações, devendo ser assegurada a contratação de docentes que assegurem as substituições;

- o recurso ao ensino a distância ou em regime híbrido deve ter em linha de conta o seu impacto na carga de trabalho que lhe é associada, devendo assegurar-se a conveniente conversão em termos da definição das respetivas dimensões em termos letivos e não letivos, para efeitos da contabilização horária do efetivo tempo de trabalho do docente, sem sobrecargas, assim como a disponibilização de equipamentos e ferramentas digitais que permitam de uma forma eficaz e fluida, sem perdas de tempo, a sua utilização;

- só deve haver recurso à transmissão de aulas em direito desde que haja concordância/interesse do docente e desde que estejam também garantidas as correspondentes medidas de proteção de dados do docente e dos alunos, no cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);

- as escolas devem estar dotadas de equipamentos e meios que permitam o contacto com os alunos que não estão na escola, sendo adotadas as medidas adequadas de proteção de dados, cabendo às escolas garantir que a privacidade pessoal de todos esteja protegida em todos os momentos, devendo para isso atribuir equipamentos e sistemas adequados para realizarem as comunicações que forem necessárias, quer com os alunos, quer com os pais, aconselhando-se que para este efeito só sejam usados os endereços de correio institucionais dos docentes e não docentes e não os pessoais.

Carta Aberta da FNE ao Ministro da Educação para denunciar ausência de respostas

Foi através de um carta aberta que a FNE lembrou à sociedade que Tiago Brandão Rodrigues é o Ministro da Educação da Democracia portuguesa que há mais tempo exerce o cargo, mas é também aquele que menos espaço e condições deixou para o diálogo, para a negociação e a concertação.

Essa situação está refletida no facto de nos últimos meses a FNE ter remetido ao Ministério da Educação vários contributos com a expressão, quer das suas preocupações, quer das suas propostas e daí nunca ter obtido qualquer resposta ou disponibilidade para discutir os contributos enviados, nem tão pouco a FNE viu que eles se refletissem suficientemente nas orientações que o Governo tem determinado.

E por isso decidiu através de uma carta aberta fazer chegar a todos as reivindicações ignoradas pelo Ministério:

Clique na imagem abaixo para aceder à carta aberta em PDF



CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

A FNE REIVINDICA:

- respeito pelos limites para o tempo de trabalho
- a clarificação do regime de faltas associadas à situação de pandemia e a forma como estas relevam para a carreira e descontos
- a diminuição da carga burocrática dos professores
- formas de enquadramento dos docentes dos grupos de risco em regime de teletrabalho, por sua opção
- procedimentos claros e homogéneos relativos às situações de promoção da saúde e segurança de todos
- regras para utilização das ferramentas telemáticas, com respeito pela segurança e pela privacidade
- condições para o acesso à formação contínua e promoção da revisão do regime de contratação de docentes
- orientações que visem recuperar a situação de igualdade entre os docentes em Portugal e os do EPE nos concursos nacionais
- respeito pelo direito dos alunos a terem todas as aulas
- atrair jovens para a carreira docente e condições para que todos os que se afastaram da carreira docente possam regressar
- a dotação das escolas com todos os docentes, técnicos, assistentes técnicos e assistentes operacionais, bem com todos os recursos, nomeadamente tecnológicos, que sejam indispensáveis para o seu funcionamento

WEBINAR

DIA NACIONAL DO
PESSOAL NÃO DOCENTE
24 NOV. 2020 | 15h00



ORADORES



**CARLOS CHAVES
MONTEIRO**

Presidente da
Câmara Municipal da
Guarda



NUNO SILVA

Empresário no ramo da
Formação, Consultoria e
Novas Tecnologias



OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES NA PROMOÇÃO DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE



ZONA NORTE



ZONA CENTRO

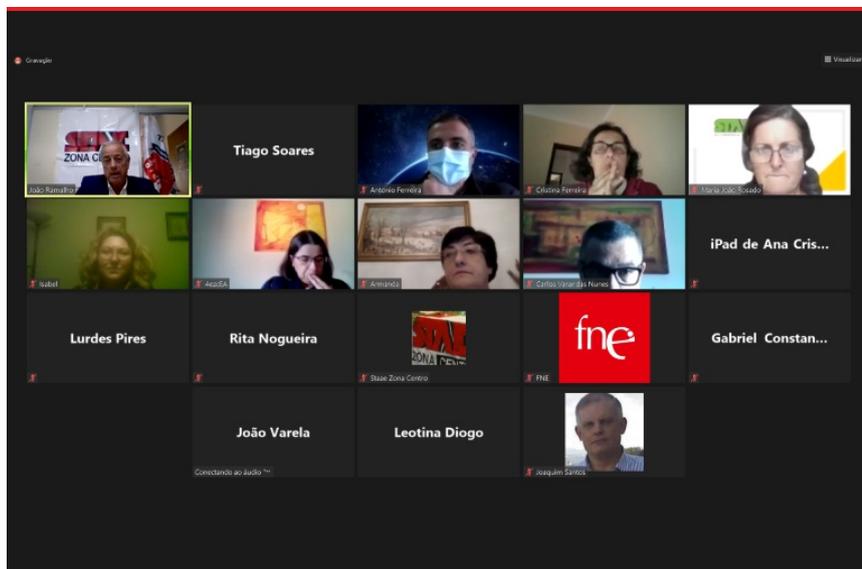


SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

**FUNCIONÁRIOS
ESCOLA**
TAMBÉM EDUCAM

FNE comemora Dia Nacional do Trabalhador Não Docente

Papel ativo na dinâmica das escolas merece valorização



Foi com um webinar alusivo ao tema "Os Trabalhadores Não Docentes na promoção de uma escola de qualidade", organizado pelos três Sindicatos de não docentes da FNE (STAAE Zona Norte, STAAE Zona Centro e STAAE Sul e Regiões Autónomas) que fechou a comemoração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, que acontece anualmente no dia 24 de novembro.

João Ramalho, Presidente do STAAE Zona Centro, foi o moderador desta iniciativa, que teve Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda, e Nuno Lopes Silva como oradores convidados. Carlos Chaves Monteiro começou por salientar a obrigação da escola em responder aos desafios atuais da sociedade: "São necessárias políticas de gestão das escolas que incluam cada vez mais quadros qualificados".

Para o edil da cidade beirã "o pessoal não docente é essencial num ambiente educativo responsável. Mas é necessário dar cada vez mais valor à formação", catalogando os trabalhadores não docentes como "atores fundamentais para uma escola com sucesso e estabilidade", uma vez que "as políticas educativas têm de balizar a construção de equipas com competência para o dia-a-dia das escolas".

Já Nuno Lopes Silva relevou a importância dos não docentes na educação "pois são uma ponte entre os pais e os professores. Têm um papel fundamental, às vezes trabalhando na sombra", considerando que o futuro tem de trazer um papel mais interventivo a estes trabalhadores, sendo que "é preciso apostar e muito na formação contínua. Temos de formar, qualificar e melhorar as condições de trabalho dos não docentes".

Para o antigo Presidente da Federação Nacional de Associações de Estudantes de Ensino Superior Politécnico - FNAESP, o futuro acarreta dificuldades pois "o ensino mudou, os salários não subiram e o reconhecimento é cada vez menor. Mas o papel do pessoal não docente continua a ser fundamental", comparando até o trabalho destes profissionais com um encenador: "Eles preparam tudo para os atores chegarem ao palco e só terem de se preocupar com representar". Nuno Lopes Silva fechou a sua intervenção com uma mensagem para os sindicatos: "Esta pandemia aproximou as pessoas e isso pode ser positivo para o trabalho sindical. Um bem-haja aos sindicatos, porque sem vocês isto era uma anarquia. No fundo, são reguladores do sistema", sublinhou.

Cristina Ferreira, presidente do STAAE SUL e RA, deixou também uma mensagem de força a todos os trabalhadores não docentes, lembrando que o esforço iniciado em 1999 - que se traduziu na legislação que estabeleceu o respetivo regime jurídico dos não docentes e que incluía um forte investimento na definição completa dos seus conteúdos funcionais, na elevação das suas qualificações e na obrigação da formação contínua para o desenvolvimento da carreira - não teve a continuação desejada, mas que ninguém vai desistir desta luta pelas carreiras.

Rita Nogueira, Presidente do STAAE-ZN, realçou que o trabalho do pessoal não docente não pode ser subestimado, pois engloba áreas administrativas, tecnológicas, de segurança ou de saúde. "Todos desempenham um papel importante e ativo nas dinâmicas das escolas e o impacto desse trabalho nos professores e alunos é sentido todos os dias", afirmou.

O Presidente do STAAEZCentro, João Ramalho, reforçou a ideia de que o lema deste webinar - "Os Trabalhadores Não Docentes na promoção de uma escola de qualidade" - demonstra precisamente aquilo que o futuro deve trazer: "Cabe também ao pessoal não docente contribuir ativamente para esta promoção e para um futuro melhor. Não podemos nunca esquecer como temos sido essenciais neste tempo de pandemia, pois é a nós que cabe a manutenção da limpeza, que acaba por zelar pela saúde de toda a comunidade escolar".

A fechar, João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, deixou uma mensagem de saudação a todos os trabalhadores não docentes, lembrando como o respetivo regime jurídico foi uma grande conquista da FNE, apesar da "curta duração de vida e da incompleta operacionalização daquela legislação. A crise que marcou o início dos

anos 2000 e que se agravou a partir de 2008 levou os governos para outras orientações, mais determinadas por preocupações de poupança e de austeridade do que de valorização das pessoas, é certo que sempre debaixo da contestação da FNE, dos seus Sindicatos e dos trabalhadores".

O SG da FNE lembrou ainda que "o Ministério da Educação não adotou procedimentos adequados ao contexto de exigência. Entendemos as fortíssimas preocupações de todos os nossos sócios que todos os dias reclamam sobre a incoerência de medidas adotadas pelas autoridades, que criam confusão no espírito das pessoas, em vez de assegurarem a necessária estabilidade. É por isso que temos insistido na necessidade de

haver clareza e coerência na definição das medidas de promoção da saúde pública, o que infelizmente não se tem verificado."

A terminar, João Dias da Silva garantiu: "Não desistimos de trabalhar para a valorização de todos os profissionais da Educação. Este dia é uma oportunidade de afirmação de que em relação a estas prioridades avançaremos com as iniciativas que possam conduzir à sua concretização. Para o sucesso da nossa ação, é essencial a unidade construída em torno dos nossos três sindicatos e dos valores em que apostamos".

**FUNCIONÁRIOS
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**



NÃO DOCENTES

Nova direção do STAAE-ZN imprime uma nova dinâmica



“... Primeiro caso a ser confirmado é de um médico de 60 anos, internado no Centro Hospitalar Universitário do Porto (Santo António), que esteve de férias no norte de Itália e que sentiu os primeiros sintomas a 29 de fevereiro.” In Diário de Notícias 02/03/2020

O choque, a inquietação, o sentimento profundo de vulnerabilidade, tudo isto assumiu uma intensidade que nos esmagou.

As crises, os tempos controversos, os momentos de espanto, as situações de perplexidade coletiva, as vontades de agir têm mil lados... Afinal, tudo o que é incompatível com o que a pandemia nos sugere, quando é necessário salvaguardar a vida, reorganizar a economia, fortalecer a sociedade, reconstituir relações, provocou-nos uma sensação de instabilidade, an-

siedade, falta de controlo, produziu-se vulnerabilidades.

Já não se fala noutra coisa e temos a sensação de que o coronavírus pode estar em todo o lado: em todas as pessoas, objetos ou superfícies. Estamos apreensivos em relação ao futuro, dado à imprevisibilidade da evolução de uma doença nova.

O estado de emergência, os planos de contingência e as medidas de isolamento alteraram as nossas vidas e exigem-nos uma capacidade de adaptação rápida para mantermos, dentro do possível, as nossas rotinas habituais.

A ANSIEDADE, A PREOCUPAÇÃO E O MEDO PODEM SER MAIS CONTAGIOSOS DO QUE O VÍRUS e podem ter consequências drásticas na nossa saúde mental.

Aos mais pequenos, o confinamento trouxe-lhes uma quebra grande do seu rendimento escolar e no seu desenvolvimento emocional/social.

Os adolescentes, muitas vezes tímidos, inseguros, com algumas dificuldades de afirmação entre os pares aproveitaram o distanciamento social para se sentirem mais seguros, dentro

da sua zona de conforto habitual. Outros alunos, desencontraram-se com a escola e agravaram as dificuldades escolares anteriormente já sentidas.

Hoje, a escola é cheia de solavancos e a grande preocupação serão os custos destes tempos que estão a trazer muitas limitações à forma como as crianças e jovens conquistam muitos conhecimentos, os constrangimentos na forma como eles precisam de viver o espaço da escola e as relações que esta lhes traz.



FUNCIONÁRIOS da ESCOLA TAMBÉM EDUCAM



A escola não está doente, mostra-se cheia de vontades, pelo lado de quem a dirige e, sobretudo, pela dedicação dos professores e de todos os trabalhadores não docentes, que se têm mostrado absolutamente resilientes, capazes e criativos em momentos tão difíceis e por vezes tão solitários. Será que depois de vencida a guerra contra o vírus, "todos" concluíam que, afinal, ficou tudo bem e que a escola não ficou com sequelas pandémicas?



A pandemia COVID-19 exigiu e exige de todos nós uma grande capacidade de adaptação. Os seus efeitos colaterais são igualmente devastadores – o desemprego, a perda de rendimentos ou a deterioração das condições de vida. Esta crise global gera insegurança, medo e ansiedade acerca do presente e do futuro, podendo agravar ou conduzir a dificuldades e problemas de Saúde Psicológica (como a depressão, a ansiedade ou o stresse).

A Escola representa um dos contextos com maior potencial para prevenir e promover a Saúde Física e Mental/Psicológica das crianças e jovens – enquanto fundamento da personalidade saudável e da cidadania ativa. Deste modo, a prioridade deve ser responder às necessidades de aprendizagem social e emocional das crianças e jovens, bem como às necessidades de Saúde Psicológica e bem-estar de toda a comunidade educativa.

O impacto do vírus e da pandemia continua a depender também do comportamento de cada um de nós. Por isso, continuamos a precisar de ser pacientes e resilientes, capazes de nos adaptarmos constantemente.

Quando queremos um regresso a um “normal” – que nunca ninguém definiu num conceito concreto – e que é a palavra que mais exprime a “vontade” que paira sobre o mundo que desabou com a pandemia e que não pode perdurar para pensarmos um futuro que está por construir.

Apesar do cansaço, é altura de redobrar esforços para combater o vírus. Os nossos comportamentos são cruciais e todos contamos para conter a sua propagação.

É importante continuar a fazer a nossa vida, procurar atividades que aumentem o nosso bem-estar e, simultaneamente, minimizar o risco em todas as situações em que nos encontremos.

CONTINUAMOS A SER PARTE DA SOLUÇÃO PARA ESTE DESAFIO.

Estamos juntos!

Rita Nogueira
Presidente do STAAE-ZN

STAAE
ZONA NORTE

Conferência do CSEE 2020:

Valorizar mais de 11 milhões de professores e não docentes na educação

Nos dias 1 e 2 de dezembro de 2020, o Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) realiza a sua Conferência quadrienal sob o lema “Campanha para valorizar a profissão docente para a solidariedade, democracia, igualdade e sustentabilidade”. Pela primeira vez na sua história, esta importante Conferência será organizada online, e não em Cascais, Portugal, como estava inicialmente previsto.

Organizações sindicais membros de toda a região europeia reúnem virtualmente para debater e tomar decisões importantes em representação das realidades e desafios de mais de 11 milhões de professores e não docentes do setor da educação.

A crise do COVID-19 afetou fortemente a vida das pessoas, o seu trabalho e os sistemas educativos em geral. No setor da educação, a crise agravou-se e trouxe para primeiro plano desafios que já existiam há muito tempo, como o aumento das desigualdades, a diminuição do financiamento público no setor, os mecanismos de mercado que minam a educação de qualidade, o diálogo social e a negociação coletiva, a falta de programas nacionais abrangentes de digitalização, bem como a pressão crescente sobre professores e outros profissionais da educação, apenas para citar alguns.

Fundada na solidariedade sindical, a Conferência é a oportunidade para as organizações sindicais membros do CSEE debater e adotar estratégias sobre como lidar com esses desafios do presente e futuros da profissão docente. Os delegados de cada organização identificarão maneiras pelas quais os sindicatos da educação na Europa podem abraçar a mudança social em áreas vitais, como o desenvolvimento ambiental sustentável, a cidadania democrática ativa, a igualdade ou a inclusão.

Oradores convidados, como Maryia Gabriel (Comissária Europeia para a Educação), Vivianne Hoffmann (Vice-Diretora-Geral da DG Educação-EAC), Dra. Stefanie Hubig (Presidente do Conselho dos Ministros da Educação da Alemanha), David Edwards (Secretário Geral da Educação Internacional), enriquecem a conferência com o seu pensamento sobre professores e sindicatos da educação, que estão a liderar as campanhas em cada país a favor da valorização da profissão docente.

Os pontos centrais de decisão nesta Conferência virtual do CSEE 2020 são as eleições do Presidente do CSEE, dos Vice-Presidentes e dos membros do Comité para o mandato 2021-2024, bem como as decisões constitucionais e a principal resolução da conferência, o programa de trabalho do CSEE e o respetivo orçamento para o quadriénio.

A resolução principal a ser adotada diz respeito ao compromisso dos sindicatos da educação em se envolver ativamente na mudança social baseada na justiça, igualdade de oportunidades, educação de qualidade e num forte diálogo social. A resolução considera a necessidade de manter a luta sindical pelos princípios fundamentais da democracia, solidariedade, igualdade, sustentabilidade e respeito pelos direitos sindicais e humanos no contexto da pandemia, num clima de políticas neoliberais e polarização do discurso nacionalista.

Além de Alexandre Dias, representante de Portugal no mandato atual do Comité, a FNE estará representada na Conferência por Joaquim Santos (delegado principal) e pela Presidente do STAAE-ZN, Rita Nogueira (observadora).

[Visite o site da Conferência aqui](#)



Diplomas publicados em Diário da República de 26 de outubro a 25 de novembro de 2020

[Despacho nº 10301/2020 - DR nº 208/2020](#)
[Série II de 2020-10-26](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Determina o encerramento compulsivo do ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Leiria.

[Decreto nº 7-A/2020 - DR nº 208/2020](#)
[2º Suplemento, Série I de 2020-10-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Declara o luto nacional no dia 2 de novembro de 2020 e presta homenagem a todos os falecidos, em especial às vítimas da pandemia da doença COVID-19.

[Despacho nº 10621-A/2020 - DR nº 211/2020](#)
[1º Suplemento, Série II de 2020-10-29](#)

Educação e Coesão Territorial - Gabinetes do Ministro da Educação e da Ministra da Coesão Territorial

Aditamento ao anexo do Despacho nº 6573-A/2020, publicado no DR, 2.ª série, suplemento, nº 120, de 23 de junho de 2020. [Identifica equipamentos escolares para intervenções de remoção e substituição do amianto]

[Portaria nº 257/2020 - DR nº 212/2020](#)
[Série I de 2020-10-30](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Alteração ao Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2020-2021.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 92-A/2020](#)
[DR nº 213/2020, 1º Suplemento](#)
[Série I de 2020-11-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Decreto-Lei nº 94-A/2020 - DR nº 214/2020](#)
[1º Suplemento, Série I de 2020-11-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Decreto do Presidente da República nº 51-U/2020](#)
[DR nº 217/2020, 1º Suplemento](#)
[Série I de 2020-11-06](#)

Presidência da República

Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República](#)
[nº 83 A/2020 DR nº 217/2020](#)
[1º Suplemento, Série I de 2020-11-06](#)

Assembleia da República

Autorização da declaração do estado de emergência.

[Decreto nº 8/2020 - DR nº 217-A/2020](#)
[Série I de 2020-11-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Despacho nº 11004/2020 - DR nº 219/2020](#)
[Série II de 2020-11-10](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Desenvolve mecanismos de atribuição automática de bolsas de estudo.

[Despacho nº 11074/2020 - DR nº 220/2020](#)
[Série II de 2020-11-11](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Procede à alteração do calendário de avaliação e certificação de manuais escolares novos, no regime de avaliação prévia à sua adoção, constante do anexo i ao Despacho nº 4947-B/2019, publicado no DR, 2.ª série, nº 94, de 16 de maio de 2019.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 96-B/2020](#)
[DR nº 221/2020, 2º Suplemento](#)
[Série I de 2020-11-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Lei nº 72/2020 - DR nº 223/2020](#)
[Série I de 2020-11-16](#)

Assembleia da República
Estabelece um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos e altera o Código do Procedimento Administrativo.

[Despacho nº 11334/2020 - DR nº 225/2020](#)
[Série II de 2020-11-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Determina a aplicação do Despacho nº 10992/2020, de 3 de novembro, e publicado a 10 de novembro, à composição da Estrutura de monitorização do estado de emergência no território continental.

[Despacho nº 11488/2020 - DR nº 227/2020](#)
[Série II de 2020-11-20](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico de Santarém.

[Recomendação nº 5/2020 - DR nº 227/2020](#)
[Série II de 2020-11-20](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação
Recomendação sobre «A Cidadania e a Educação Antirracista».

[Decreto do Presidente da República nº 59-A/2020](#)
[DR nº 227/2020, 1º Suplemento](#)
[Série I de 2020-11-20](#)

Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República](#)
[nº 87-A/2020 - DR nº 227/2020](#)
[1º Suplemento, Série I de 2020-11-20](#)

Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência.

[Decreto nº 9/2020 - DR nº 227-A/2020](#)
[Série I de 2020-11-21](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Decreto-Lei nº 99/2020 - DR nº 227-B/2020](#)
[Série I de 2020-11-22](#)

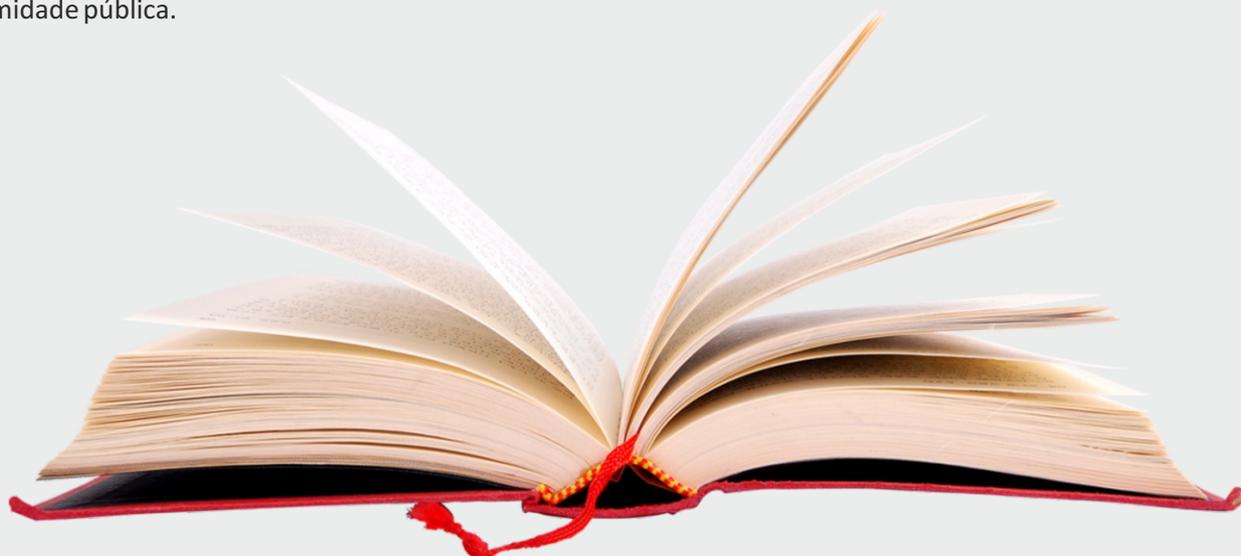
Presidência do Conselho de Ministros
Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Declaração de Retificação nº 47/2020](#)
[DR nº 227-B/2020, Série I de 2020-11-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto nº 9/2020, de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 104/2020 DR nº 229/2020](#)
[Série I de 2020-11-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030.



Há +vantagens em ser associado FNE
Clique aqui para consultar os protocolos

Protocolos



+Vantagens

www.fne.pt

FICHA TÉCNICA
NOVEMBRO 2020

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusitadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares



10 de dezembro

17:00H às 18:00H

fne

FORUM 2020

w5

O ensino privado no contexto europeu e os desafios para o EPC em Portugal

ORADOR



Rodrigo Queiroz e Melo

Universidade Católica
Coordenador da Comissão Negociadora da CNEF

José Ricardo Coelho

Vice-Secretário-Geral da FNE e Coordenador da Negociação Coletiva da UGT para o Setor Privado de Educação



Mário Jorge Silva

Secretário Nacional da FNE e
Coordenador da Dinamização Sindical do SPZC



MODERADORES



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



CANAL • WWW.CANAL4.PT

A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória.